

Escrito por Cassiano

Qua, 13 de Junho de 2018 09:50

Reajuste da data-base é um direito dos servidores, aposentados e pensionistas, defende Luersen



O líder do bloco PDT/SD/Pode da Assembleia Legislativa, deputado estadual Nelson Luersen (PDT), defendeu que o governo do Estado encaminhe à Casa um projeto para garantir a data-base dos servidores públicos paranaenses, com a reposição da inflação de 2,76% relativa ao período de maio de 2017 e abril de 2018 aos salários do funcionalismo paranaense. Na última segunda-feira (11/06), chegou a entrar na pauta da Assembleia, os cinco projetos que preveem o reajuste da data-base para os servidores do Legislativo, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, Ministério Público e Defensoria Pública, mas a votação foi adiada por uma semana para dar mais tempo à negociação entre o governo e os servidores do Executivo.

“O reajuste pedido de 2,76% refere-se apenas à reposição da inflação dos últimos doze meses, sem aumento real. É um direito previsto em lei para recompor o poder aquisitivo dos trabalhadores desses poderes”, lembrou Luersen. “No entanto, achamos injusto que os servidores do Executivo, aposentados e pensionistas estejam sem reposição há dois anos, com um acumulado de perdas de quase 12%, e até este momento ainda não existe uma proposta por parte do governo para repor a data-base de 2017/2018”, destacou o deputado. “Como sempre fizemos ao longo desses últimos anos, solicitamos, juntamente com outros deputados, à governadora, que conceda nesse momento, no mínimo os 2,76% e o restante que está atrasado, se faça um parcelamento para que se possa recompor o poder aquisitivo da categoria no futuro”, explicou o parlamentar.

Luersen destaca que também assinou uma série de emendas ao Orçamento e à Lei de Diretrizes Orçamentárias para que o pagamento da data-base do funcionalismo seja garantido a todos, sem discriminação. E lembra que não se trata de um benefício apenas aos servidores, mas algo que se reflete em toda a economia do Estado. “Entre servidores da ativa, aposentados e pensionistas são quase 300 mil famílias beneficiadas. Esse dinheiro não fica exclusivamente com o servidor, mas acaba também movimentando o comércio, o setor de prestação de serviços, e impulsionando a geração de empregos e renda do Estado. Nesse momento, o descontentamento da categoria é justificável. Por isso, apoiamos essa reivindicação, que nada mais é do que uma questão de Justiça e de tratamento igualitário para os servidores de todos os poderes”, afirma o deputado.